

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS PROJETIVAS NO CONTEXTO ATUAL.

Gustavo Espíndola Winck<sup>1</sup>

Luana Lieberknecht

Clarissa Marceli Trentini

Denise Ruschel Bandeira

A prática clínica em psicologia deu às técnicas projetivas um lugar de destaque e de respeito na área da avaliação psicológica. A partir de então, o tempo se encarregou de legitimar tais instrumentos como poderosos recursos de acesso a aspectos intrínsecos do sujeito. O aparato instrumental na área da avaliação psicológica também cresceu e se expandiu exponencialmente, e a possibilidade da aplicação de instrumentos voltados à avaliação e à caracterização de aspectos afetivos, estruturais e cognitivos atrelou-se à psicologia como grande diferencial frente às outras áreas de conhecimento afins. Assim, o fenômeno da projeção adquiriu a peculiaridade de ser singular: o que se projeta não é um elemento por si só, crua e objetivamente, mas sim a percepção que cada sujeito possui de um mesmo elemento, pleno de significações e expressões da sua personalidade. Considerando tal questão, é possível também acontecer de dois avaliadores chegarem a diferentes resultados administrando os mesmos instrumentos. Desta forma, diversos encontros científicos voltados à discussão da avaliação psicológica, constituíram o palco para o início da grande reflexão que culminou na resolução 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Esta veio a propor uma espécie de “recall” dos testes psicológicos, a fim de verificar quantos e quais deles conseguiriam de fato avaliar aquilo que se propunham, assim instituindo novas diretrizes baseadas em critérios que, por sua vez, constituem o que será entendido por “legitimidade”: validade, fidedignidade e normatização. Tais mudanças quanto ao uso de testes psicológicos trouxeram a campo o derradeiro questionamento acerca de qual então seria a real legitimidade das técnicas projetivas enquanto instrumentos efetivamente “seguros” para a avaliação psicológica. Além disto, por melhor que qualquer teste psicológico seja, será sempre parcialmente falível e incompleto: é somente a competência e a formação do profissional que o aplica que poderá resguardar adequadas administração e interpretação dos pressupostos avaliados. O trabalho, portanto, pretende discorrer acerca da dialética entre a eficiência da regulamentação, da formação profissional e da atitude do psicólogo frente à sua prática e aos seus axiomas, onde a psicologia poderá continuar a conquistar o seu espaço e a reafirmar o seu valor. Desta forma, a legitimização do aparato projetivo poderá vir a assegurar, cada vez mais, o seu merecido e distinto espaço no campo da avaliação psicológica.

---

<sup>1</sup> Apresentador. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre / RS. [gew@pop.com.br](mailto:gew@pop.com.br).